

Estado de Mato Grosso PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA CNPJ 37.465.002/0001-66



LEI MUNICIPAL N. 875/2014 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALTERAÇÃO DISPÕE SOBRE MUNICIPAL N. 318/2004 DE 08 DE SETEMBRO DE

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA - MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° O inciso XXVII do artigo 3° da Lei Municipal n. 318/2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

XXVII - um imóvel com área de 450 m² (Quatrocentos cinquenta metros quadrados), localizado sob o Lote nº 17 (Dezessete) da quadra nº 23 (Vinte três) do Setor F do Loteamento denominado Projeto Querência I, limitando a frente com a Rua FF, medindo 15,00 metros; Fundos com o Lote nº 06, medindo 15,00 metros; Lado Direito com o Lote nº 18, medindo 30,00 metros e Lado Esquerdo com o Lote nº 16, medindo 30,00 metros; incorporado ao Patrimônio do Município através da matricula nº 10.229 da Comarca de Canarana, avaliada em R\$ 13.999,50 (treze mil novecentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos), ao Sr. José Severino Maciel, inscrito no CPF 198.431.191-34;

Art. 2° O inciso LXXIX, do artigo 3° da Lei Municipal n. 318/2004, alterado pela Lei Municipal nº. 869/2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

LXXIX - um imóvel com área de 450 m² (Quatrocentos cinquenta metros quadrados), localizado sob o Lote nº 21(vinte e um) da quadra nº 33 (Trinta e três) do Setor F do Loteamento denominado Projeto Querência I, limitando a frente com a Travessa F-25, medindo 15,00 metros; Fundos com o Lote nº 06, medindo 15,00 metros; Lado Direito com o Lote nº 22, medindo 30,00 metros e Lado Esquerdo com o Lote nº 20, medindo 30,00 metros; incorporado ao Patrimônio do Município através da matricula nº 2.426 da Comarca de Querência, avaliada em R\$ 12.042,00 (Doze mil quarenta e dois reais), ao Sr. José Carlos Batista dos Santos, inscrito no CPF 877.994.481-72;

Art. 3° O artigo 4° da Lei 318/2004 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Os beneficiários deverão, no prazo máximo de 06 (seis) meses contados da sanção da Lei Autorizadora, escriturar e registrar o respectivo imóvel, sob pena de reversão ao Patrimônio Público."

Art. 4° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de Pezembro de 2014.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

1